



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 Lote 10, Lote 10 - Bairro Projeto Orla Polo, Brasília/DF, CEP 70200-003
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://anttt.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 50500.013660/2019-14

1. OBJETIVO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, com fornecimento de mão de obra e todo o material necessário a serem executados na Sede da ANTT, Postos de Fiscalização/Atendimento da Rodoviária do Plano Piloto e da Rodoviária Interestadual, em Brasília.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	QTD	Und	Vlr unit	Total
1	Abertura de fechadura - portas, gavetas e armários	5436	16	pç	25,24	403,84
2	Conserto de fechadura - portas, gavetas e armários	5436	16	pç	33,42	534,72
3	Abertura de fechadura de veículo	5436	2	pç	53,33	106,66
4	Cópia de chave de veículo	5436	2	pç	46,25	92,50
5	Cópia de chave simples	5436	274	pç	7,30	2.000,20
6	Cópia de chave tetra	5436	4	pç	17,29	69,16
7	Fornecimento e colocação de fechadura em portas	5436	2	pç	112,97	225,94
8	Fornec/colocação de fechadura em armários, gavet. e arq.	5436	2	pç	37,27	74,54
9	Fornecimento e instalação de chave tetra	5436	2	pç	92,64	185,28
10	Modelagem de chave comum	5436	130	pç	28,07	3.649,10
11	Modelagem de chave para veículo	5436	2	pç	86,67	173,34
12	Modelagem de chave tetra	5436	2	pç	30,36	60,72
13	Troca de segredo de fechadura de porta	5436	8	pç	39,94	319,52
TOTAL ESTIMADO R\$						7.895,5

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por este Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela do subitem 1.1.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. Os serviços a serem licitados têm o caráter contínuo e essencial, tendo-se em consideração que propiciam a Agência contar o fornecimento e colocação de fechaduras em portas, armários e gaveteiros como forma de dar segurança à guarda de documentos que balizam as decisões das áreas finalísticas da Agência, como também a abertura de fechaduras de veículos da frota da ANTT e cópias de suas chaves, permitindo, assim que não se comprometa a continuidade das atividades da citada autarquia

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de serviços de chaveiro, com fornecimento de mão de obra e todo o material necessário a serem executados na Sede da ANTT, Postos de Fiscalização/Atendimento da Rodoviária do Plano Piloto e da Rodoviária Interestadual, em Brasília.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem os seguintes serviços:

- 5.1.1. Abertura de fechadura - portas, gavetas e armários;
- 5.1.2. Conserto de fechadura - portas, gavetas e armários;
- 5.1.3. Abertura de fechadura de veículo;
- 5.1.4. Cópia de chave de veículo;
- 5.1.5. Cópia de chave simples;
- 5.1.6. Cópia de chave tetra;
- 5.1.7. Fornecimento e colocação de fechadura em portas;
- 5.1.8. Fornecimento e colocação de fechadura em armários, gaveteiros e arquivos;
- 5.1.9. Fornecimento e instalação de chave tetra;
- 5.1.10. Modelagem de chave comum;
- 5.1.11. Modelagem de chave para veículo;
- 5.1.12. Modelagem de chave tetra; e

- 5.1.13. Troca de segredo de fechadura de porta.
- 5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
6. **VISTORIA DA LICITAÇÃO**
- 6.1. Devido às características do objeto, não será necessário realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços.
7. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 7.1.1. Os serviços deverão ser solicitados pelo representante da Contratante, que emitirá ordem de serviço (ANEXO B) e a encaminhará por e-mail ou outra forma hábil de comunicação.
- 7.1.2. O representante da Contratada terá o prazo de até 48 horas úteis para efetuar os serviços solicitados, contados do recebimento da solicitação do representante da ANTT, por escrito, mediante e-mail ou outra forma hábil de comunicação.
8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**
- 8.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- 8.1.1. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviços por parte da Contratada.
- 8.1.2. O prazo para execução dos serviços não deverá ultrapassar 48 (quarenta e oito horas úteis), contados da data de recebimento da Ordem de Serviço.
- 8.1.3. Realizados de segunda a sexta-feira, das 8hs às 18hs e, a critério da Contratante, poderão ser executados no período noturno; também a critério da Agência, os serviços poderão ser realizados aos sábados, domingos e feriados.
- 8.1.4. Caso se constate avaria, defeito ou qualquer dano causado pela má gestão dos serviços executados a Contratada deverá corrigi-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas ou outro prazo que a fiscalização do contrato julgar necessário, a partir da comunicação formal feita pela Contratante, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.
9. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**
- 9.1. A demanda da ANTT tem como base a tabela inserida no item 1.1 desse Termo de Referência, que foi fruto de estudo para a execução de serviços similares com quantidades utilizadas pela Agência nos últimos quatro exercícios. Para a obtenção de quantitativos a serem contratados, levou-se em consideração a média de utilização do contrato vigente nos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018.
- 9.2. As quantidades apresentadas nesse Termo de Referência são estimativas, razão pela qual não poderão ser exigidas nem consideradas como valor para pagamento mínimo ou máximo. Não caberão reclamações por parte da Contratada, nem pedidos de indenização nas hipóteses em que essas quantidades não vierem a ser utilizadas pela Contratante na sua totalidade, durante a vigência do contrato.
10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 10.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimen-sionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

14.16.1. O fiscal da Ordem de Execução de Serviços exigirá o cumprimento dos horários de execução dos serviços e determinará formas e procedimentos que não interfiram no andamento dos trabalhos dos diversos setores da Contratante.

14.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. **DO PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularização fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. o prazo de validade;

16.4.2. a data da emissão;

16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.4.5. o valor a pagar; e

16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada não produziu os resultados acordados.

- 16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX)

I =	(6 / 100)
	365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. **REAJUSTE**

- 17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo-se em consideração que as empresas que prestam os citados serviços são, em sua maioria, empresas individuais (microempresários) que não possuem capital social robusto, o que limitaria a concorrência no certame.

19. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 19.1.5. cometer fraude fiscal.
- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 19.2.2. Multa de:
- 19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 19.2.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os já especificados nos itens anteriores

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.1. Valor Global: R\$ 7.895,52 (sete mil oitocentos e noventa e cinco reais cinquenta e dois centavos) por ano.

20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 7.895,52 (sete mil oitocentos e noventa e cinco reais cinquenta e dois centavos) por ano.

21.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa executada em consonância com o recomendado pelo art. 2º da Instrução Normativa SLTI nº 05, de 27 de junho de 2014, alterada pela IN nº 03, de 20 de abril de 2017.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1. A dotação orçamentária da contratação, é a que está anexada ao processo pela área competente.

ANEXO A - PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VLR UNIT	TOTAL POR ITEM
1	Abertura de fechadura - portas, gavetas e armários	Unid.	16		
2	Conserto de fechadura - portas, gavetas e armários	Unid.	16		
3	Abertura de fechadura de veículo	Unid.	2		
4	Cópia de chave de veículo	Unid.	2		
5	Cópia de chave simples	Unid.	274		
6	Cópia de chave tetra	Unid.	4		
7	Fornecimento e colocação de fechadura em portas	Unid.	2		
8	Fornecimento/colocação de fechadura em armários, gaveteiros. e arquivos.	Unid.	2		
9	Fornecimento e instalação de chave tetra	Unid.	2		

10	Modelagem de chave comum	Unid.	130		
11	Modelagem de chave para veículo	Unid.	2		
12	Modelagem de chave tetra	Unid.	2		
13	Troca de segredo de fechadura de porta	Unid.	8		
		Valor total R\$			

ANEXO B

MINUTA DE ORDEM DE SERVIÇOS

<div> <div>ORDEM DE SERVIÇOS DECORRENTE DO CONTRATO N°/20....</div> </div>
--

	IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:

	IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA			
Razão social:		CNPJ:		
Endereço:				
Telefone:		E-mail		

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	SERVIÇO	UNID. MED.	QTD	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Abertura de fechadura - portas, gavetas e armários	Unid.			
2	Conserto de fechadura - portas, gavetas e armários	Unid.			
3	Abertura de fechadura de veículo	Unid.			
4	Cópia de chave de veículo	Unid.			
5	Cópia de chave simples	Unid.			
6	Cópia de chave tetra	Unid.			
7	Fornecimento e colocação de fechadura em portas	Unid.			
8	Fornec/colocação de fechadura em armários, gavet. e arq.	Unid.			
9	Fornecimento e instalação de chave tetra	Unid.			
10	Modelagem de chave comum	Unid.			
11	Modelagem de chave para veículo	Unid.			
12	Modelagem de chave tetra	Unid.			
13	Troca de segredo de fechadura de porta	Unid.			
TOTAL DA ORDEM DE SERVIÇO/FORNECIMENTO		R\$			

Autorização	Termo de Concordância da Contratada

Autorizo a realização do serviço acima caracterizado, nos termos constantes desta Ordem de Serviço, que tem por base as obrigações e responsabilidades do contrato nº _____ de 20 _____. Data: ____ / ____ /20 ____	Concordo com as condições registradas nesta Ordem de Serviço para execução dos serviços solicitados. Data: ____ / ____ /20 ____
Representante da ANTT	Representante da contratada

ANEXO C
ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1 – INTRODUÇÃO						
A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação dos serviços de chaveiro, com fornecimento de mão de obra e todo o material necessário a serem executados na Sede da ANTT, Postos de Fiscalização/Atendimento da Rodoviária do Plano Piloto e da Rodoviária Interestadual, em Brasília.						
2 – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO						
A contratação objeto do presente Termo de Referências se justifica pela necessidade de a Agência contar com os serviços de chaveiro, com fornecimento de mão de obra e todo o material necessário a serem executados na Sede da ANTT, Postos de Fiscalização/Atendimento da Rodoviária do Plano Piloto e da Rodoviária Interestadual, em Brasília, em substituição ao contrato administrativo nº 17/2014 firmado com a empresa ADEIR FEITOSA PORTO, que terá sua vigência finalizada em 05 de junho de 2018 e não poderá ser prorrogado por fim do prazo de 60 meses previstos contratualmente.						
3 – REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ANTT						
Os valores referentes à contratação em análise foram inseridos na Pré-Proposta orçamentária da ANTT para os exercícios de 2019.						
4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO						
<p>O serviço pretendido nesta contratação será executado pela contratada obedecendo ao disposto na IN 05/2017 SEGES/MPDG e demais normas legais e regulamentares pertinentes.</p> <p>O licitante deverá apresentar os documentos de habilitação, declaração de que os possui ou de que reunirá condições para apresentá-los no momento da assinatura do contrato.</p> <p>Os serviços possuem natureza continuada, pois atendem à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando o funcionamento das atividades do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional da Agência.</p> <p>A duração do contrato de prestação de serviço será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses (art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93).</p>						
5.1 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES						
Para a obtenção de quantitativos de carimbos a serem contratados, levou-se em consideração a quantidade efetivamente utilizada nos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018. Partindo da média dos dois últimos exercícios, fez-se um acréscimo de 20 % para abarcar novas necessidades que poderão existir ao longo dos próximos 60 meses, passíveis de vigência do novo contrato. Alguns itens não apresentaram utilização nos últimos exercícios mas poderão ter utilidade nos próximos, como a abertura de fechadura de veículo ou sua modelagem. O item fornecimento e instalação de ferrolho foi excluído por não haver previsão de sua necessidade.						
5.2 – MEMÓRIA DE CÁLCULO						
ITEM	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO				MÉDIA
		2015	2016	2017	2018	
1	Fornecimento e instalação de ferrolho			-	-	-
2	Abertura de fechadura - portas, gavetas e armários	15	25	-	12	13
3	Conserto de fechadura - portas, gavetas e armários	7	8	21	15	13
4	Abertura de fechadura de veículo	-	-	-	-	-
5	Cópia de chave de veículo	-	-	-	-	-
6	Cópia de chave simples	151	285	211	265	228
7	Cópia de chave tetra	4	1	-	7	3
8	Fornecimento e colocação de fechadura em portas	-	5	-	-	1
9	Fornec/colocação de fechadura em armários, gavet. e arq.	-	-	-	-	-
10	Fornecimento e instalação de chave tetra	2	-	-	-	1
11	Modelagem de chave comum	92	153	93	96	109
12	Modelagem de chave para veículo	-	-	-	-	-
13	Modelagem de chave tetra	-	3	-	-	1

14	Troca de segredo de fechadura de porta	4	16	1	7	7
----	--	---	----	---	---	---

6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR
<p>Por meio de levantamento de mercado observou-se que diversos entes da Administração pública, como a Câmara dos Deputados, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério dos Transportes, utilizam da mesma metodologia utilizada na contratação proposta. Observa-se, também, que o contrato administrativo 17/2014, que está vigente por mais de quatro exercícios, apresenta metodologia simples e eficaz para atender à necessidade apresentada, motivos que levaram à escolha desse tipo de solução a contratar.</p>

7 –PREÇOS REFERENCIAIS

Os preços referenciais foram encontrados por meio de pesquisa promovida em consonância com o art. 2º da Instrução Normativa SLTI nº 05, de 27 de junho de 2014, alterada pela IN nº 03, de 20 de abril de 2017, que apresentou valores descritos na tabela a seguir.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	Vlr médio pesquisado	Total
1	Abertura de fechadura - portas, gavetas e armários	16	25,24	403,84
2	Conserto de fechadura - portas, gavetas e armários	16	33,42	534,72
3	Abertura de fechadura de veículo	2	53,33	106,66
4	Cópia de chave de veículo	2	46,25	92,50
5	Cópia de chave simples	274	7,30	2.000,20
6	Cópia de chave tetra	4	17,29	69,16
7	Fornecimento e colocação de fechadura em portas	2	112,97	225,94
8	Fornec/colocação de fechadura em armários, gavet. e arq.	2	37,27	74,54
9	Fornecimento e instalação de chave tetra	2	92,64	185,28
10	Modelagem de chave comum	130	28,07	3.649,10
11	Modelagem de chave para veículo	2	86,67	173,34
12	Modelagem de chave tetra	2	30,36	60,72
13	Troca de segredo de fechadura de porta	8	39,94	319,52
				7.895,52

8 – DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO COMO UM TODO
<p>Trata-se da contratação de empresa que tenha capacidade de atender às demandas de fornecimento de serviços de chaveiro, com fornecimento de mão de obra e todo o material necessário a serem executados na Sede da AN Fiscalização/Atendimento da Rodoviária do Plano Piloto e da Rodoviária Interestadual, em Brasília</p>

9– JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
<p>Com vistas a ampliar a competitividade e possibilitar a economia de escala, com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a Lei 8666/93 estabeleceu em seu artigo 23, §1º[1], a obrigatoriedade da Administração Parcelamento do objeto, quando houver viabilidade técnica e econômica para tanto. No entendimento de Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, o objetivo obrigаторiedade do parcelamento do objeto é a ampliação das vantagens econômicas para a Administração, na medida em que se reduzem as despesas administrativas. Para referido autor “a possibilidade de participação de interessados não é objetivo imediato e primordial, mas via instrumento de se obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade). Logo, a Administração não pode justificar um fracionamento que acarretar através do argumento de benefício a um número maior de particulares. ” Isso implica em dizer que, embora a Lei tenha adotado como regra o parcelamento do objeto, ele somente se justifica e fundamenta quando houver vi principalmente, ganho econômico para a Administração Pública. Nesse sentido a Decisão 348/1999, Plenário do TCU:</p> <p>“Na forma do art. 23, § 1º da Lei 8666/63, deve a Administração buscar o parcelamento do objeto, com vistas a melhor aproveitar os recursos do mercado e, sobretudo, ampliar a competitividade do certame. Todavia, essa o parcelamento somente seja efetuado quando não resultar em perda de economia de escala. Não se pode esquecer que a licitação é procedimento administrativo que visa, entre outros aspectos, a que a Administração contrate vantajosa possível. Logo, não seria razoável, além de ser ilegal, que o parcelamento venha ocasionar economia de escala e, por via de consequência, maiores custos para a Administração Pública. ”</p> <p>Nesse diapasão, conclui-se que o parcelamento da contratação em referência não se justifica por não haver viabilidade técnica, uma vez que sua finalidade é executar serviços de chaveiro e seu fracionamento resultaria na ne administração de diversos contratos com diversas empresas diferentes, o que acabaria por trazer maiores custos ao serviço público. A contratação em um único lote justifica-se, também, pela economia de escala e pela econô procedimentos para administração e fiscalização de um único contrato em detrimento de diversos contratos com diversas empresas.</p>
10– DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS

O resultado pretendido é prover a ANTT de solução que atenda às demandas de fornecimento de serviços de chaveiro, com fornecimento de mão de obra e todo o material necessário a serem executados na Sede da ANTT, Fiscalização/Atendimento da Rodoviária do Plano Piloto e da Rodoviária Interestadual, em Brasília.

11 – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não serão necessárias providências para adequação do ambiente do órgão.

12- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

13- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Por meio de levantamento de mercado observou-se que diversos entes da Administração pública, como a Câmara dos Deputados, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério dos Transportes, utilizam da mesma metodologia na contratação proposta. Observa-se, também, que o contrato administrativo 17/2014, que está vigente por mais de quatro exercícios, apresenta metodologia simples e eficaz para atender à necessidade apresentada. Nota-se, também, que a metodologia utilizada para a contratação em referência apresenta preços de referência para a contratação em referência.

Declaramos, portanto, que a contratação em análise é viável.

ANEXO D

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

Pela presente declaramos optar por não realizar vistoria no local onde deverão ser executados os serviços referentes ao Pregão Eletrônico nº /201 , cujo objeto é a prestação de serviços de chaveiro, com fornecimento de mão de obra e todo o material necessário a serem executados na Sede da ANTT, Postos de Fiscalização/Atendimento da Rodoviária do Plano Piloto e da Rodoviária Interestadual, em Brasília.

Empresa: _____

C.N.P.J.(MF): Tel:

Endereço: _____

Nome do Representante: _____

Endereço Eletrônico (e-mail):

Brasília, de de 201

Representante da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Coordenador(a)**, em 30/04/2019, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DAS GRAÇAS AURELIANO**, Gerente, em 03/05/2019, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.anтт.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0222832** e o código CRC **09CD8E80**.